



Ministério da Saúde  
Conselho Nacional dos Secretários de Saúde  
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT  
PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DECISÕES DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2010  
29 DE ABRIL DE 2010

Decisões / Encaminhamentos

1. Homologações e Certificações

- a) Termos de Compromisso de Gestão Municipal (relação anexa). DAGD/SE.
- b) Decisão Ad referendum nº 01/2010, que prorroga para 30 de abril de 2010 o prazo da etapa municipal da pactuação de prioridades, objetivos, metas e indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde, relativo ao biênio 2010-2011, e o prazo de revisão dos Termos de Compromisso de Gestão Estaduais e Municipais. DAGD/SE/MS.

- a) Homologados.

b) CONASEMS solicita prorrogação de prazo por mais 30 dias para finalização da pactuação e revisão, para que os municípios tenham tempo de fazer um processo qualificado, que não seja cartorial. Alega ainda as dificuldades de operação do sistema.

MINISTÉRIO DA SAÚDE posiciona pela não prorrogação do prazo para os Estados que já estão na fase final de conclusão da pactuação e revisão dos TCG, e que seja estabelecido um processo de cooperação técnica para finalização dos demais, sendo o sistema aberto posteriormente para alimentação no momento em que cada um conclua. Afirma a importância de se desenvolver um trabalho qualificado, preservando a vinculação com o processo de Planejamento, valorizando o momento de reflexão sobre as responsabilidades assumidas com o Pacto pela Saúde.

CONASEMS discorda de posição do Ministério da Saúde de não prorrogação do prazo.

MINISTÉRIO DA SAÚDE pondera que, há uma preocupação com a credibilidade deste processo e da instituição, e que, se for consensuada a prorrogação pela segunda vez, que seja feita uma avaliação sobre a forma como está se desenvolvendo este trabalho nos Estados.

CONASS reitera preocupação do Ministério da Saúde com a credibilidade, e que, se em 30 dias não for finalizada o processo de pactuação e revisão, que não seja mais considerada a possibilidade de prorrogação.

Encaminhamento: Prorrogação para 30 de maio de 2010, e avaliação em 15 dias do processo em curso nos Estados.

## 2. Discussões e Pactuações

a) Documento síntese da Avaliação Tripartite do Pacto pela Saúde. DAGD/SE/MS.

a) Pactuado.

MINISTÉRIO DA SAÚDE destaca a importância de se estabelecer uma agenda de trabalho tripartite para encaminhamento das questões mais relevantes constantes no documento, e de se avaliar as possibilidades concretas de avanços neste cenário de 2010, no que diz respeito ao Pacto em Defesa do SUS – EC-29.

CONASS reitera a posição consensuada de se trazer para a discussão tripartite temas afetos às diretrizes das políticas de saúde, e enfatiza a pactuação feita, registrada no Documento síntese, do compromisso dos Estados, Municípios e União com o Pacto pela Saúde, que se traduzirá em uma agenda de trabalho. Afirma que a mesma dinâmica será adotada nas assembleias do CONASS.

Solicita que o Documento síntese seja divulgado com destaque no site do Ministério da Saúde, e propõe a realização de uma reunião conjunta de todos os GTs da Câmara Técnica, para que os encaminhamentos pactuados sejam a agenda norteadora para o trabalho dos GTs. Destaca ainda os pontos prioritários do documento:

- ✓ revisão da Portaria GM/MS nº 699/2007;
- ✓ revisão da Portaria GM/MS nº 204/2007;
- ✓ construção de consenso tripartite em relação às Redes de Atenção à Saúde.

CONASEMS reafirma posição de CONASS e MINISTÉRIO DA SAÚDE, reforçando que documento foi discutido na assembleia e consensuado de forma tripartite.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS / SECRETARIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA - SEGEP pondera que o documento deve ser retificado no que se refere à afirmação de “ausência de mobilização efetiva da sociedade”, no Pacto em defesa do SUS, visto que muitas iniciativas foram desencadeadas, como a “Caravana do SUS” e oficinas dos estados.

CONASS esclarece que o trabalho e grande esforço da SEGEP são reconhecidos, e que este ponto se referiu à não efetividade da mobilização em relação ao Congresso Nacional, e que novas estratégias devem ser pensadas com vistas à aprovação da EC-29.

CONASEMS solicita intervenção do MS para sanar dúvidas afetas à gestão do Fundo Municipal de Saúde (FMS), especialmente no que se refere à exigência do CNPJ, que têm trazido transtornos ao cotidiano dos gestores municipais. Apresenta um documento elaborado pelo CONASEMS, que traz a síntese dos problemas e dúvidas apresentados.

	<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE manifesta que vai assumir a condução do encaminhamento da agenda relativa às questões apresentadas, com base no documento elaborado pelo CONASEMS, e propõe a construção de um documento orientativo para ser entregue na reunião de prefeitos dia 19 de maio de 2010.</p> <p>Destaca que, o que não se pode perder de vista nesta discussão é a questão prioritária a ser viabilizada - que o FMS seja gerido pelo gestor municipal, para que os recursos da saúde sejam de fato aplicados em saúde.</p> <p>CONASEMS destaca que a dificuldades não estão limitadas a transição do CNPJ das prefeituras para o FMS, mas considera-se também a realidade dos municípios de menos de 20.000 hab., que têm muitas dúvidas e dificuldades estruturais, necessitando de um tempo de adequação.</p> <p>CONASEMS traz ainda reflexões sobre os seguintes pontos a serem considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ FMS teria uma natureza “híbrida” – contábil e unidade orçamentária.</li> <li>✓ do ponto de vista jurídico, há uma mudança sensível com a assunção do CNPJ, visto que o secretário de saúde passa a ser o ordenador de despesa.</li> </ul> <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ divulgação ampla do Documento síntese para Estados e Municípios;</li> <li>✓ ativação da agenda para revisão das Portarias GM/MS nº 699 e 204, e construção de consenso tripartite em relação às Redes de Atenção à Saúde;</li> <li>✓ elaboração de documento para esclarecimento de dúvidas afetas à gestão do FMS para distribuição na reunião de Prefeitos dia 19 de maio de 2010.</li> </ul>
<p>b) Plano Integrado de Vigilância em saúde para populações expostas a agrotóxicos. SVS/MS.</p>	<p>b) Retirado de pauta.</p> <p>Decisão de CONASS e CONASEMS de retornar a discussão ao GT de Vigilância em Saúde, para adequação dos seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ diretrizes gerais do Plano;</li> <li>✓ atribuições de cada ente federado.</li> </ul> <p>CONASS informa que quarta feira, dia 5 de maio, será realizada reunião para aprimoramento dos critérios de alocação de recursos referentes à campanha contra o H1N1.</p> <p>CONASEMS propõe que, após os acertos da reunião acima referida, seja encaminhada uma decisão Ad referendum para aprovação da portaria, para que não ocorra atraso no repasse de recursos para os municípios. Decisão acatada pelo plenário da CIT.</p>
<p>3. Apresentações e Discussões</p>	

<p>a) Situação dos Estados em relação às cirurgias eletivas. DAE/SAS/MS.</p>	<p>CONASEMS propõe reajuste de tabela, em razão das limitações causadas pelo valor do procedimento. Também propõe que deverá haver melhor avaliação dos gargalos gerais para a execução da política, indicando previamente que o acúmulo da demanda é fruto de um desequilíbrio estrutural.</p> <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE manifesta que mais de 80% dos procedimentos não estão dentro do elenco de cirurgias eletivas e que em razão do déficit do MAC, em 2010 não deverá haver reajuste de tabela.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>Serão remetidas ao Grupo de Trabalho de Atenção à Saúde, da Câmara Técnica da CIT, as seguintes deliberações relativas à Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos e Eletivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ finalizar a recepção dos projetos 2008, conforme disposto na Portaria GM/MS nº 2.843, de 18/11/2009, e aguardar a execução destes;</li> <li>✓ elaborar cronograma de discussões para ajuste da situação de baixa execução, em razão do fator limitante do valor do procedimento e carência de profissionais;</li> <li>✓ retornar a discussão para pauta do GT de Atenção do dia 05.05.2010.</li> </ul>
--	--

#### 4. Informes (anexos)

Sistema Informatizado de Gerenciamento das Listas Únicas de Receptores – SIS. CGSNT/DAE/SAS/MS.

I EXPOGEP: Feira Nacional de Gestão Estratégica e Participativa. SEGEP/MS.

Situação da descentralização dos recursos das Portarias Gm nº 2344/09 e nº 3252/09 – ParticipaSUS.

Processo de implantação do SARGSUS. SEGEP/MS.

Pesquisa Nacional sobre processos e práticas de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS. SEGEP/MS.

Monitoramento e Avaliação do Programa de Inclusão Digital dos Conselhos – PID – Resultados. SEGEP/MS.

Seminário Nacional de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Programa de Inclusão Digital dos Conselhos. SEGEP/MS.